

DANIEL
MITIDIERO

**CORTES
SUPERIORES
E CORTES
SUPREMAS**

Do Controle à Interpretação,
da Jurisprudência ao Precedente

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Cortes Superiores e Cortes Supremas

Do Controle à Interpretação, da Jurisprudência ao Precedente

DANIEL MITIDIERO

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [09-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [10.09.2013]



ISBN 978-85-203-4944-1

Sumário

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

PARTE I

A FUNÇÃO DO PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL E A NECESSIDADE DE ADEQUADA ORGANIZAÇÃO DAS CORTES JUDICIÁRIAS

1. A dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica como fundamentos do Estado Constitucional	16
2. O processo civil como meio para tutela dos direitos. A necessidade de prolação de uma decisão justa e de formação de precedente como imposições do Estado Constitucional: dois discursos a partir da decisão judicial	21
3. Os tribunais como Cortes de Justiça e Cortes de Precedentes.....	29
4. O problema do adequado perfil das Cortes de Precedentes. Das Cortes Superiores às Cortes Supremas – Do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente	32

PARTE II

O MODELO DE CORTES SUPERIORES

1. A Corte Superior e a tutela da legalidade. Pressupostos teóricos	33
2. A estrutura do modelo de Cortes Superiores.....	39
2.1 Composição	39
2.2 Competência	40
3. A função reativa da Corte Superior, a nomofilaquia recursal e a uniformização da jurisprudência. A Corte Superior como uma Corte de Controle. O recurso como <i>jus litigatoris</i>	42
4. A eficácia das decisões da Corte Superior: a uniformização da jurisprudência como meio de controle da decisão recorrida e declaração do direito da parte. A Corte Superior como Corte de Jurisprudência, Igualdade perante a lei e segurança jurídica como prévia determinação do sentido normativo. A eficácia para o passado	47

PARTE III

O MODELO DE CORTES SUPREMAS

1.	A Corte Suprema e a tutela do direito. Pressupostos teóricos	53
2.	A estrutura do modelo de Cortes Supremas	63
	2.1 Composição	63
	2.2 Competência	64
3.	A função proativa da Corte Suprema, a nomofilaquia recursal e a unidade do direito pelo precedente. A Corte Suprema como uma Corte de Interpretação. O recurso como <i>jus constitutionis</i>	66
4.	A eficácia das decisões da Corte Suprema: a formação do precedente judicial e a declaração do direito da parte. A Corte Suprema como uma Corte de Precedentes, igualdade perante o direito e segurança jurídica como cognoscibilidade normativa. A eficácia para o futuro	71

PARTE IV

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O SUPERIOR TRIBUNAL
DE JUSTIÇA COMO CORTES SUPREMAS: DO CONTROLE
À INTERPRETAÇÃO, DA JURISPRUDÊNCIA AO PRECEDENTE

1.	O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça como Cortes Supremas. Pressupostos teóricos	79
2.	A estrutura do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça na Ordem Constitucional	88
	2.1 Composição	88
	2.2 Competência	89
3.	A necessidade de reconhecer a função proativa do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça como Cortes de Interpretação	94
4.	A necessidade de reconhecer a eficácia vinculante das razões das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça como Cortes de Precedentes	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
	OBRAS DO AUTOR	143